



## Editorial

Ano Novo inspira renovação e com esse espírito aproveitamos para realizarmos alterações em nosso Informativo AAERJ, que passa a contar com mais conteúdo, novas seções e nova periodicidade, agora trimestral.

A mudança foi oportuna, visto que a matéria principal dessa edição, a realização da 1ª Conferência Nacional de Arquivos, evento inédito em nossa área, merecia amplo destaque e informações detalhadas. Talvez justamente por ser uma experiência nova, algumas coisas deixaram a desejar no seu processo de elaboração, o que motivou críticas. Mas, apesar disso, o evento teve o mérito de trazer à luz as principais questões e problemas enfrentados atualmente na área de arquivos e fez com que a Política Nacional de Arquivos voltasse a ter atenção entre as políticas públicas do Estado brasileiro. Agora, cabe a todos nós, profissionais da área, cobrarmos juntamente com a Sociedade que as ações propostas na 1ª CNARQ sejam efetivamente aplicadas.

Esperamos que gostem das mudanças no Informativo e apreciem a leitura!

## NESTA EDIÇÃO

- 1 1ª CNARQ
- 4 Entrevista
- 7 Happy Arq
- 7 Eleições AAERJ

## 1ª CNARQ

*Realizada em dezembro, a 1ª Conferência Nacional de Arquivos propôs diretrizes para a Política Nacional de Arquivos*



## 1ª Conferência Nacional de Arquivos

Organizada pelo Ministério da Justiça, a 1ª CNARQ reuniu no Hotel Carlton, em Brasília, entre 14 e 17 de dezembro de 2011, representantes do poder público, da comunidade acadêmica, das associações profissionais e da sociedade civil organizada para discutirem e proporem diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Arquivos.

Tudo teve início em janeiro de 2011, com o “Movimento pela permanência do Arquivo Nacional na Casa Civil”, que mobilizou a comunidade arquivística e, através de uma petição pública online, obteve em pouco tempo mais de 3.000 assinaturas contrárias à transferência do Arquivo Nacional e do CONARQ para o Ministério da Justiça. Com a repercussão, uma comissão representando o movimento, em reunião com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, obteve deste o compromisso de que a mudança seria reavaliada após um ano e que ainda em 2011 seria realizada uma conferência para se discutir a Política Nacional de Arquivos no Brasil.

Cumprindo o compromisso firmado, o Ministério da Justiça, através da Portaria nº 227, de 4 de março de 2011, nomeou um comitê, que elaborou o projeto da Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ) e das conferências regionais que a precederiam, que esteve sob consulta pública no site do CONARQ. No projeto foram estabelecidos os seis eixos

*Continua na página 2*



**ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AAERJ)**

**DIRETORIA**

**Presidente**

Carlos Frederico Machado

**Vice-Presidente**

Victor Rodrigues da Costa

**Secretária Geral**

Claudia B. Souza

**Primeiro Tesoureiro**

Gustavo Garcia

**Segundo Tesoureiro**

Wagner Ridolphi

**CONSELHO FISCAL**

Marcelo Siqueira

Carlos Costa

Maria da Conceição de Oliveira

**NA INTERNET**

**Site**

aaerj.org.br



aaerj@aaerj.org.br



twitter.com/aaerj



facebook.com/aaerj.arquivologia



AAERJ (Arquivologia)



youtube.com/user/aaerjvideos

**INFORMATIVO AAERJ**

Carlos Frederico Machado

Wagner Ridolphi

*Para enviar matérias, sugestões e  
críticas mande um e-mail para:  
informativo@aaerj.org.br*

temáticos que norteariam as conferências:

I - Regime jurídico dos arquivos no Brasil e a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991;

II - A administração pública e a gestão dos arquivos;

III - Políticas públicas arquivísticas;

IV - Acesso aos Arquivos, Informação e Cidadania;

V - Arquivos privados;

VI - Educação, Pesquisa e Recursos Humanos para os Arquivos.

Divulgação/1ª CNARQ



*Abertura da 1ª CNARQ pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo*

Dando continuidade ao processo, o Decreto de 11 de outubro de 2011 convocou a 1ª CNARQ e ao longo daquele mês foram realizadas as conferências regionais (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) em que foram discutidos temas já previstos para a etapa nacional e aprovadas propostas para discussões mais amplas em dezembro.

A Comissão Organizadora Nacional da 1ª CNARQ, constituída pela Portaria nº 2.490, de 28 de outubro de 2011, foi encarregada de elaborar o Documento-Base e coordenar a conferência.

Finalmente, em dezembro, tivemos a realização da etapa nacional da conferência, que foi organizada em Plenária de Abertura, Grupos de Trabalho (GTs) e Plenária Final. A Conferência Nacional teve 152 participantes ao todo, sendo 116 delegados com direito a voz e voto (eleitos nas conferências regionais ou indicados pela Comissão Organizadora) e 36 observadores somente com direito a voz (inscritos pelo site do evento e selecionados pela Comissão Organizadora). Para que o público não credenciado pudesse acompanhar a conferência, as Sessões Plenárias foram transmitidas via *web* no site do evento.

No dia 14 de dezembro foi realizada a Cerimônia de Abertura pelo Ministro da Justiça e no dia 15 os trabalhos tiveram

efetivamente início, com a realização da Plenária de Abertura e constituição dos seis GTs. Ao longo daquele dia e no dia seguinte os GTs se dedicaram às discussões sobre as recomendações e proposições a serem encaminhadas, referentes ao seu eixo temático, sendo que cada GT podia apresentar até 5 propostas.

No dia 17 de dezembro foi realizada então a Plenária Final da Conferência Nacional, na qual os participantes puderam defender as 30 propostas apresentadas, que foram submetidas à votação. Coube à Plenária Final eleger, dentre as propostas selecionadas por cada GT, até 3 propostas prioritárias, sendo necessária a maioria simples dos delegados para obter aprovação. As moções também foram apresentadas para aprovação. Ao final dos trabalhos, foram aprovadas 18 propostas e 25 moções, das quais destacamos:

- Criar, a curto prazo, Grupo de Trabalho para atualizar e ampliar a Lei nº 8.159/91, contemplando aspectos como a desvinculação do CONARQ do Arquivo Nacional (Proposta 1 - Eixo I);
- Assegurar o cumprimento do regime jurídico dos arquivos no Brasil, a fim de garantir sua efetiva aplicação (Proposta 4 - Eixo I);
- Posicionar as instituições arquivísticas públicas no nível estratégico da Administração Pública, em todas as esferas, com dotação orçamentária própria (Proposta 1 - Eixo II);
- Garantir, junto ao poder público, a representatividade de profissionais de arquivo no processo de elaboração e definição de políticas públicas (Proposta 4 - Eixo II);
- Redefinir os objetivos, composição e vinculação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), mediante constituição de Grupo de Trabalho (Proposta 1 - Eixo III);
- Criar, até 2013, no âmbito do Ministério ao qual esteja vinculado o CONARQ, um Fundo Nacional de Financiamento para o fomento à institucionalização de arquivos públicos e ao apoio à formulação de políticas públicas arquivísticas (Proposta 2 - Eixo III);
- Garantir no processo de regulamentação e implementação da Lei de Acesso à Informação, entre outros pontos, a institucionalização dos

arquivos como protagonistas dos processos de gestão documental e da informação nos órgãos e entidades públicas (Proposta 1 - Eixo IV);

- Assegurar o cumprimento da legislação e das resoluções do CONARQ no que se refere à preservação e o acesso aos documentos públicos de agências reguladoras, empresas desestatizadas, concessionárias, etc. (Proposta 2 - Eixo V);
- Elaborar, a curto prazo, Plano Nacional de Formação de Recursos Humanos na Área de Arquivos (Proposta 1 - Eixo VI);
- Encaminhar, a curto prazo, documento com intuito de reconhecer a necessidade de promoção de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia (Proposta 4 - Eixo VI);
- Recomendação que o CONARQ elabore e apresente um dispositivo legal que assegure concurso público para o cargo de arquivista nas instituições arquivísticas públicas (Moção 4);
- Apoio à criação do Conselho Federal de Arquivologia (Moção 6);
- Indicação da inclusão do cargo de arquivista nos Planos de Cargos e Salários dos órgãos da administração pública dos três poderes (Moção 11);
- Recomendação de criação de arquivos públicos em todos os municípios do Brasil e também em estados onde não houver (Moção 18).

Divulgação/1ª CNARQ



*Delegados e observadores na Abertura da 1ª CNARQ*

A relação final das propostas e moções aprovadas na 1ª CNARQ encontra-se disponível em: [http://www.cnarq.gov.br/media/DOCFINAL\\_17-12-2011.pdf](http://www.cnarq.gov.br/media/DOCFINAL_17-12-2011.pdf) •



## AGENDA DE EVENTOS

### Eventos na área de arquivos no 1º trimestre

#### VII Seminário Nacional do Centro de Memória Unicamp - CMU

Período: 13 a 15 de fevereiro de 2012

Local: Campinas-SP

Tema: “Memória, Cidade e Educação das  
Sensibilidades”

Inscrições gratuitas

Informações: <http://www.cmu.unicamp.br/viiseminarior/>

#### 2º Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário

Data: 28 a 30 de março de 2012

Local: Brasília-DF

Tema: “Os desafios da gestão documental e da  
preservação da memória do Poder Judiciário  
frente às novas tecnologias da informação”

Inscrições gratuitas (até 24/02)

Informações:

<http://www.tse.jus.br/hotSites/2CongressoNacional/index.html>

## Entrevista

Para uma melhor análise sobre a Conferência Nacional de Arquivos, entrevistamos por e-mail o professor José Maria Jardim, membro da Comissão Organizadora, que compartilhou conosco suas impressões sobre a 1ª CNARQ.



**JOSÉ MARIA JARDIM,**  
Professor Doutor da  
Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro  
(UNIRIO)

**Informativo AAERJ: Em sua opinião, a 1ª CNARQ atingiu os objetivos propostos?**

José Maria Jardim: *O objetivo de realizar uma 1ª CNARQ num cenário complexo foi atingido, apesar do pouco tempo determinado pelo Ministério da Justiça para a sua realização e da precariedade do apoio administrativo disponibilizado e da inexistência de recursos como o Portal e o uso de redes sociais. O projeto original, elaborado por Comissão designada pelo Ministério da Justiça, tinha como uma das suas bases a criação de um Portal, associado ao uso de redes sociais, o que facilitaria uma plataforma de discussão constante, de forma interativa, envolvendo os diversos atores ao longo de todo o processo, tanto nas conferências regionais como na nacional. Esse Portal só foi disponibilizado – e com limitações – no dia 8 de dezembro, faltando seis dias para o início da CNARQ. Isso casou evidentes prejuízos à dinâmica inerente a uma Conferência desse porte. Ainda assim, as Conferências Regionais driblaram essas limitações, fortaleceram vínculos regionais e cumpriram a sua missão de pautar a agenda da Conferência Nacional. Por sua vez, a Conferência Nacional realizou-se nos termos gerais planejados, com ampla participação de delegados e observadores de diversos segmentos, tomando por base os resultados das Conferências Regionais. A Comissão Nacional Organizadora, formada por membros de diversas regiões e setores do campo arquivístico e representantes da sociedade civil, conseguiu ter um papel relevante na condução da Conferência. A divulgação junto à mídia foi fraca,*





## AGENDA DE CONCURSOS

### Concursos públicos em aberto para arquivista

#### **Prefeitura de Macaé**

Inscrições até 25/01/2012

Provas dia 11/02/2012

Nº de vagas: 1

Valor da inscrição: R\$ 65,00

Salário: R\$ 2.367,82 (20h semanais)

Edital e informações:

<http://www.incp.org.br/concurso.aspx?id=215>

#### **ITERJ - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro**

Inscrições até 29/01/2012

Provas dia 11/03/2012

Nº de vagas: 3

Valor da inscrição: R\$ 100,00

Salário: R\$ 4.229,76 + 1.268,93 (GDA) + AQ

Edital e informações:

<http://www.ceperj.rj.gov.br/Concursos/Iterj/paginaitej.asp>

#### **Senado Federal**

Inscrições até 05/02/2012

Provas dia 11/03/2012

Nº de vagas: 6

Valor da inscrição: R\$ 190,00

Salário: R\$ 18.440,64

Edital e informações:

[www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11)

#### **TRF - Tribunal Regional Federal - 2ª Região (RJ/ES)**

Inscrições até 07/02/2012

Provas dia 25/03/2012

Nº de vagas: cadastro de reserva

Valor da inscrição: R\$ 72,60

Salário: R\$ 6.551,52

Edital e informações:

<http://www.concursosfcc.com.br/concursos/trf2r111/index.html>

resultando da iniciativa pessoal de alguns membros da Comissão Nacional e não das estruturas de comunicação do Governo Federal. No site do Ministério da Justiça não havia nenhuma menção à CNARQ no dia do início da Conferência. A metodologia de trabalho, desenvolvida a partir da reflexão sobre os eixos temáticos propostos inicialmente e abordados na Conferências Regionais, revisitados na Conferência Nacional consolidou-se com o processo final de discussão, participativo, rico e com resultados muito interessantes. Agora, os objetivos da CNARQ só serão atingidos se o Ministério da Justiça contemplar o conjunto das propostas aprovadas. Essa é a expectativa.

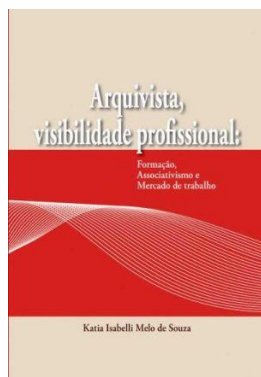
**Informativo AAERJ: Passados mais de 20 anos da promulgação da Lei de Arquivos, a 1ª CNARQ pode ser considerada um novo marco na relação entre a área de Arquivos, a Sociedade e o Estado brasileiro? Ocorrendo a implementação das propostas da conferência, podemos vislumbrar a efetivação de uma Política Nacional de Arquivos?**

José Maria Jardim: A CNARQ não pode ser entendida sem os seus antecedentes. Desde que publicada a transferência do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça em janeiro de 2011, vivenciamos uma mobilização inédita de vários segmentos do Estado e da sociedade civil em prol dos arquivos brasileiros. O debate transcendeu sua motivação inicial para incluir diversas temáticas relativas aos arquivos brasileiros, expressas na proposta da Conferência Nacional de Arquivos. Aos que eventualmente não tiveram a oportunidade de conhecer o contexto ao qual me refiro, há informações mais detalhadas sobre antecedentes da CNARQ em dois sites: <http://arquivonacional.arquivista.org/> e <http://www.movimento.arquivistico.com>

Participando, desde o primeiro momento, desta mobilização contra uma decisão do Governo Federal, tenho compartilhado com vários colegas um lócus de dissenso. É a partir desse lócus que temos exercitado um diálogo democrático com o Governo Federal através do Ministro da Justiça. Assim procedemos porque exercitar o conflito na democracia impõe-nos responsabilidades. A



## LEITURA RECOMENDADA



**“Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho” (Brasília, Ed. Starprint, 2011)**

Lançado em dezembro, o livro da Profa. Dra. Katia Isabelli Souza (UnB), apresenta a tríade composta pelos cursos de formação em Arquivologia, os coletivos profissionais e o mercado laboral em consonância com o arquivista. Tais elementos são considerados os principais componentes para o estudo do desenho da formação e a análise das diversas formas de diálogo entre os profissionais arquivistas, o mercado de trabalho e o associativismo ao mesmo tempo em que busca revelar o universo dos arquivistas, quem são e o que fazem estes profissionais.

À venda na Livraria Cultura:

<http://www.livrariacultura.com.br>

*realização da CNARQ é, neste sentido, um marco. No entanto, é a implementação dos seus resultados, o acompanhamento desses resultados pelos diversos segmentos do Estado e da sociedade, assim como a realização de novas conferências que definirão a Conferência como espaço privilegiado da discussão política sobre os arquivos no Brasil. Isso não excluiria, em absoluto, o papel de um novo Conselho Nacional de Arquivos, nos termos aprovados pela Plenária Final da CNARQ. A conferência não definiu a política nacional de arquivos e nem era esse o seu objetivo, mas sugeriu novos parâmetros para a definição e implementação dessa política por um novo CONARQ. Resta sabermos como e quando o Ministério da Justiça, que saiu legitimado desse processo, responderá a essas propostas.*

**Informativo AAERJ: Em uma próxima edição, o que considera que pode ser modificado na metodologia e organização da conferência?**

*José Maria Jardim: Ouvindo-se diversos atores e levando-se em conta várias experiências, definiu-se um modelo de Conferência que procurou contemplar, ao máximo, a diversidade arquivística brasileira. Esse modelo é, nos seus limites e possibilidades, inclusivo e democrático na sua essência. Parece-me compreensível que certos aspectos da arquitetura da CNARQ só sejam mais perceptíveis neste momento e não quando a proposta estava em consulta pública ou mesmo já em execução. É uma evidência de que estamos aprendendo com as dinâmicas do processo. Tais aspectos merecem ser apontados para que possamos projetar melhores condições para novas CNARQs.*

*A CNARQ é filha direta do dissenso. Todo processo político desse porte se alimenta das diferentes visões que lhe são inerentes, do conflito, da dialética do consenso e do dissenso. É importante aperfeiçoar o modelo da CNARQ, implementá-lo segundo regras do jogo democrático e criticá-lo. ●*

## Happy Arq

### *Arquivistas do Rio promoveram happy hour em dezembro*

Em dezembro, arquivistas do Rio de Janeiro se organizaram e realizaram um encontro de fim de ano intitulado “Happy Arq - Happy End”. Utilizando o Facebook (atualmente a rede social mais utilizada no país) para divulgar o evento, além do boca a boca entre colegas, o evento teve grande adesão e até inspirou eventos semelhantes em outros estados. Realizado no Leviano Bar, no boêmio bairro da Lapa, reuniu aproximadamente 80 pessoas, entre arquivistas e estudantes de Arquivologia da UNIRIO e da UFF. O sucesso do encontro já motivou a realização de novas edições do “Happy Arq”. ●

Paulo Rodrigues



*Arquivistas confraternizando na Lapa*

## Eleições AAERJ

### *Em abril serão eleitos nova Diretoria e Conselho Fiscal*



Em maio se encerra o mandato da atual gestão 2010-2012 e obedecendo aos prazos previstos no Estatuto e no Regimento Eleitoral da associação, a Diretoria já torna público o Calendário Eleitoral das eleições 2012:

#### **Formação da Comissão Eleitoral:**

27 de fevereiro a 02 de março de 2012

#### **Inscrição de Chapas à Diretoria e Candidatos ao Conselho Fiscal:**

12 a 17 de março de 2012

#### **ELEIÇÃO (Assembléia Geral):**

18 de abril de 2012

#### **Homologação da Eleição:**

25 de abril de 2012

#### **Posse da Diretoria e Conselho Fiscal eleitos (biênio 2012/2014):**

02 de maio de 2012 ●